



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9814 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A AGENDA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO
Lucenilda Sueli Mendes Cavalcante Abreu - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A AGENDA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO

RESUMO: O estudo em tela tem por objetivo analisar a relação entre as orientações que emanam dos Organismos Internacionais (OI) e a definição de uma agenda global para a educação no século XXI. A metodologia foi pautada na pesquisa bibliográfica e referenciada nas produções de Dale (2004), Harnecker (2000), Sahlberg (2012), Verger (2019), Oliveira (2000a), Shiroma (2020). Os resultados parciais indicam que os OI, sobretudo a partir da década de 1990, sob o pressuposto do avanço da globalização, vem desempenhando papel-chave na definição de uma agenda global para educação, impulsionando o avanço da racionalidade neoliberal na formulação das políticas educacionais nos diferentes níveis de escolaridade.

Palavras – chave: Agenda Global Educacional. Globalização. Organismos Internacionais.

INTRODUÇÃO

As transformações nas formas de produção do capital relacionadas ao avanço técnico-científico e à globalização da economia, ocorridos em escala planetária a partir de 1970, impulsionam a internacionalização das políticas educacionais, no sentido de “padronizar” a formação da mão de obra e o perfil do trabalhador para atender as demandas do capital, sob a nova configuração do modelo denominado de acumulação flexível (ANTUNES, 2006). Nessa lógica, Organismos Internacionais (OI), de diferentes áreas de atuação, se coadunam em torno da (re)definição de políticas educacionais em escala mundial no sentido de produzir uma agenda global para a educação, que, de certo modo, seja aplicada em todos os sistemas educacionais (OLIVEIRA, 2020a).

A partir desse contexto, este Trabalho apresenta alguns resultados da pesquisa bibliográfica, sobre a relação entre as orientações dos OI, especificamente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, o Banco Mundial – BM, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e a Agenda Global Educacional. A pesquisa, em andamento, é relacionada ao Projeto de Pesquisa sobre Organismos Internacionais e Formação Docente, em desenvolvimento pelo grupo de estudos vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA). Neste estudo, inicialmente é abordado o contexto que situa a educação numa perspectiva global, em segundo momento, delinea a atuação da Unesco, do BM e da OCDE em relação à definição de uma agenda global educacional e em terceiro lugar, apresenta as concepções teóricas em torno do conceito de Agenda Global e o alinhamento da educação à racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016). Nas conclusões são apresentados alguns

resultados sobre a análise em curso.

DESENVOLVIMENTO:

A globalização da economia, fenômeno marcado, dentre outros fatores, pela revolução das técnicas informacionais, da internacionalização da produção e consumo, da desregulamentação do Estado para implantação dos princípios do mercado, do avanço das políticas neoliberais e pela implantação dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), impulsiona mudanças em todos os setores da sociedade em escala mundial. No âmbito educacional, suscita-se a necessidade padronizar a formação dos trabalhadores em consonância com as exigências do mercado global.

As transformações ocorridas no setor produtivo, incluindo a passagem da produção em série (Fordismo) à produção flexível (Toyotismo), associadas aos imperativos da globalização da economia (HARNECKER, 2000), repercutiram nos sistemas educacionais, exigindo a (re)orientação de suas políticas. Conforme Oliveira (2020a), ampliam-se as expectativas sobre a escola e os professores, nesse sentido, a educação é colocada sob o patamar de “solução” para o desenvolvimento das nações, e como tal precisa adequar-se à lógica do mundo globalizado. Nesse contexto, o parâmetro para definir as políticas educacionais passa, sobretudo a partir dos anos de 1990, a ser respaldado por forças econômicas globais.

A Unesco, organismo especializado em educação, realiza a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien/ Tailândia, no ano de 1990. De acordo com Oliveira (2000a) esse evento é um marco representativo do movimento dos OI em torno de uma agenda global educacional. Seguindo a perspectiva de alinhamento da educação às demandas econômicas e à definição de metas globais para a educação, no ano de 2000, é realizado o Fórum Mundial de Dakar; em 2015, ocorre o Fórum de Incheon, ambos coordenados pela Unesco. Neste último Fórum, os participantes definiram em âmbito internacional a Agenda da Educação 2030, com ênfase na qualidade, inclusão, equidade e na educação ao longo da vida para todos (UNESCO, 2015).

Reiteradamente a educação, numa perspectiva global, defendida pelos OI, é tida como potencializadora de capacidades de trabalho e produção, tornando-se alvo de interesses cada vez mais evidentes nas atividades de organismos internacionais, seja na definição de metas para a educação, seja através de financiamentos, como é o caso do Banco Mundial, maior financiador da educação em âmbito mundial, atuando em mais de 180 países. Decker e Evangelista (2019), situam as ações BM voltadas ao financiamento da educação na perspectiva de atendimento da escola às demandas do capital. Para essas autoras, o projeto do BM ancora-se em quatro linhas essenciais: “Educação para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento econômico; Educação para as competências e formação de capital humano; Educação de classe mundial; e Educação para o século XXI.” (DECKER e EVANGELISTA, 2019, p. 4-5). Essas linhas convergem, na ótica do BM, para a concepção de educação como fator de desenvolvimento econômico e para a formação dos trabalhadores sob a lógica do capital.

A OCDE, por sua vez, tem se consolidado como OI de grande influência para a formulação de políticas educacionais em escala global, determinando índices comparativos e padrões de qualidade. Embora seja um organismo econômico, tem forte atuação no âmbito educacional. Esse OI é responsável por importantes pesquisas, dentre elas destacam-se, pela repercussão de seus resultados como elementos norteadores para os diferentes países elaborarem suas políticas educacionais, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis).

Sob o pressuposto de objetivos comuns a serem alcançados pela educação, dentre eles, a formação dos trabalhadores com perfil condizente à economia globalizada, entra em cena o debate sobre a globalização das políticas educacionais, de modo geral, abordado com a agenda global para a educação, que em tese, corresponde à definição de políticas educacionais comuns que se aplicam a diferentes países. Embora usando termos diversos para se referir à agenda global para educação, diferentes teóricos têm discutido essa questão.

Verger (2019), utiliza o termo “Política Educacional Global” (PEG), para designar esse movimento internacional de políticas educacionais semelhantes que tendem a se aplicar em diferentes partes do mundo. Para esse autor, a relação entre globalização e política educacional situa-se em duas macros-abordagens, quais sejam: 1) a Teoria da Cultura Mundial – com ênfase nos fatores culturais e ideacionais; 2) Teoria da Economia Política Internacional (EPI), que tem os fatores econômicos como propulsores das mudanças no campo educacional.

Dale (2004), discute a existência de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), a qual considera a globalização da economia como aspecto preponderante às transformações na educação. Essa agenda, “direciona-se no sentido de estabelecer mais claramente as ligações entre as mudanças na economia mundial e as mudanças na política e na prática educativas.” (DALE, 2004, p.445).

A atuação dos OI estabelecendo parâmetros e metas para a educação em escala global, remete à “padronização” das políticas educacionais. Sobre a semelhança das políticas educacionais disseminadas pelo mundo e a imposição de adequação dos sistemas educacionais à padrões internacionais Sahlberg (2012) denominou esse fenômeno de Movimento da Reforma Educacional Global (GERM). Para esse autor, ao se alastrar pelos diferentes sistemas educacionais o GERM é comparado a “uma epidemia que se espalha e infecta os sistemas educacionais por meio de um vírus. Ele viaja com especialistas, mídia e políticos. Os sistemas de educação tomam emprestados políticas de outros e são infectados.” (SAHLBERG, 2012, p. 2).

Relacionado a essa “movimentação” internacional das políticas educacionais, Oliveira (2020b), ao abordar a circulação das políticas educacionais em âmbito mundial, denomina de “políticas itinerantes em educação”. Conforme Oliveira (2020b) esse termo foi cunhado pelos autores Lindblad e Popkewitz (2004) “para designar conceitos que circulam em reformas educacionais e propostas curriculares, em nível internacional, como resultado dos processos de globalização.” (OLIVEIRA, 2020b, p. 87).

Nessa perspectiva de alinhamento das políticas educacionais locais às agendas internacionais, Shiroma (2020) faz uma análise sobre a atuação das redes e *experts* [1] na internacionalização das políticas educacionais e no estabelecimento de agendas para a educação derivadas de demandas internacionais. Para essa autora, existem redes de políticas públicas regionais que disseminam ideias e consensos sobre políticas educacionais e favorecem a implantação em nível local. Nesse sentido ocorre a “migração” das reformas educacionais sob o pretexto de ajuste à globalização.

As diferentes abordagens sobre a internacionalização das políticas educacionais convergem para a ideia de uma agenda global para a educação que tem se refletido nos sistemas educacionais em recomendações à formulação de políticas específicas alinhadas às prerrogativas dos OI, dentre elas, a nítida vinculação entre educação como fator de desenvolvimento econômico.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:

A pesquisa constata que Organismos Internacionais de grande representatividade mundial como a Unesco, o BM e a OCDE são consensuais sobre a importância da educação como elemento fundamental ao progresso das nações em seus diferentes aspectos (econômico, político, social, cultural) e sobre a necessidade de parâmetros coletivos, como o estabelecimento de acordos mundiais que orientem os países sobre as ações que devem ser desenvolvidas pelos sistemas educacionais, de modo a atender as expectativas do mercado.

As interferências desses OI no campo educacional, através da criação de um consenso em torno de uma agenda global, visam promover meios de “ajustamento” do sistema educacional à lógica neoliberal. Essa racionalidade (DARDOT; LARVAL, 2016) avança em diferentes aspectos da sociedade mediatizada pelos princípios da NGP, tais como a eficiência e a eficácia, à qual impõem o modelo privado como solução aos problemas da educação e da gestão educacional em seus diferentes níveis.

Para além da lógica dos OI que impõe aos sistemas educacionais uma agenda global pautada nos interesses do capital, é imperativo a construção de mecanismos de resistências e luta por uma educação que priorize a emancipação humana e a construção de uma sociedade justa para todos e todas.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª reimpressão. Boitempo Editorial. 2006.

DALE, Roger. Globalização e Educação: Demonstrando a Existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou Localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. Ensaio sobre a sociedade liberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECKER, Aline; EVANGELISTA, Olinda. **Educação na lógica do Banco Mundial**: formação para a Sociabilidade Capitalista. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2019 | e23206 | E-ISSN 2177-6059.

HARNECKER, Marta. **Tornar Possível o impossível**: a Esquerda no Limiar do Século XXI. Tradução: José Colaço Barreiros – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro a suspensão do presente**: A teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020a. – (Série Manuais Acadêmicos).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Políticas Itinerantes de Educação e a Reestruturação da Profissão Docente**: O papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020 b.

SAHLBERG, P. How GERM is infecting schools around the world? The Washington Post, 29 de junho, 2012. https://www.washingtonpost.com/blogs/answer-sheet/post/how-germ-is-infecting-schools-around-the-world/2012/06/29/gJQAVELZAW_blog.html.

SHIROMA, Eneida Oto. **Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais.** Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 5, e2014425, p. 1-22, 2020. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

UNESCO. **Declaração de Incheon.** Incheon, Coreia do Sul, 2015c. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/singleview/news/education_2030_incheon_declaration_and_and_framework_for_ac/. Acesso em: 14 de setembro de 2019.

VERGER, Antoni. A política Educacional Global: conceitos e marcos teóricos chave. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: .

[1] Conforme Shiroma (2020, p. 7): os Experts são pesquisadores com vasta experiência tanto na academia quanto na assessoria a agências internacionais, a órgãos públicos e que por estarem inseridos em múltiplas redes se tornam atores estratégicos na transferência de conhecimentos para a política. Esses intelectuais participam de diversos aparelhos privados de hegemonia e, por vezes, ocupam funções voltadas à esfera jurídico administrativa, com vistas à manutenção do grupo social hegemônico. No projeto do capital, atuam como porta-vozes de interessados em reformar a Educação.